

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2019



TIJUCAS DO SUL PREV

Instituto de Previdência
dos Servidores Públicos do
Município de Tijucas do Sul

I . INTRODUÇÃO

Objetivando cumprir a legislação pertinente aos Investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL – TIJUCAS DO SUL PREV**, apresenta a versão final de sua Política de Investimento para o ano de 2019, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de Outubro de 2018.

A Política de Investimento estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros. Nela foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com base na Resolução CMN Nº 4.604, de 19 de outubro de 2017 alterando a Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, na Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e as alterações decorrentes pelas Portarias MPS nº 170/2012; MPS nº 440/2013; MPS nº 65/2014 e MPS nº 300/2015, levando em consideração os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

A Política de Investimento traz em seu contexto principal os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam a dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. A Política de Investimento deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2019, conforme entendimento da Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos ou Conselho de Administração. A vigência desta Política de Investimento compreende o período entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.

Ao aprovar a Política de Investimento 2019, será possível identificar principalmente que:

- ❖ O comitê de Investimento buscará produtos entre os investimentos disponíveis e de acordo com a legislação vigente, cujo retorno projetado, dentro do possível, seja compatível com a meta atuarial, com riscos adequados ao perfil do RPPS;
- ❖ Órgãos reguladores, gestores, segurados, terceirizados, entre outros, terão ciência dos objetivos e restrições acerca dos investimentos;

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

- ❖ O processo de investimento é decidido pelo corpo técnico, que baseado nos relatórios de análise dos produtos, tomará decisões acerca das alocações.
- ❖ O RPPS seguirá os princípios da ética e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimento, na Resolução CMN nº 4.604/2017, na Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações, bem como no processo de credenciamento das instituições.

II . META DE RENTABILIDADE

Em linha com sua necessidade atuarial, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL estabelece como meta que a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance, no mínimo, desempenho equivalente a 6% (Seis por cento) acrescida da variação do INPC (Índice de Nacional de Preços ao Consumidor) divulgado pelo IBGE.

III . MODELO DE GESTÃO

Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL – TIJUCAS DO SUL PREV adota o modelo de gestão própria, em conformidade com o artigo nº 15, parágrafo 1º inciso I da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, e define que a macro estratégia será elaborada pela Diretoria ou pelo Comitê de Investimentos.

IV . INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

Na gestão dos recursos serão adotados critérios para os investimentos e desinvestimentos. Embora o RPPS busque investimentos no longo prazo, também chamados de ESTRATÉGICOS, os gestores poderão realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, procurando

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

distorções de preços em excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros. No cumprimento dos preceitos estabelecidos nos segmentos de RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL, deverão ser observadas as seguintes regras:

- ❖ No processo de investimento, entende-se por novas alocações, as aplicações realizadas em fundos que não compuserem a carteira do RPPS até aquele momento;
- ❖ O processo de desinvestimento poderá não ocorrer quando a cota atual do fundo for inferior à cota de aplicação, a fim de não realizar o prejuízo no investimento;

V . LIMITES DE ALOCAÇÃO

A Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados.

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS		Res. 3922	Estratégia
		Limite	do PL
ARTIGO 7º - RENDA FIXA		100%	100%
I, A	TÍTULOS TESOUREIRO NACIONAL – SELIC	100%	50%
I, B	COTAS DE FI REFERENCIADO 100% TTN	100%	100%
I, C	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA 100% TTN	100%	50%
II	OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	5%	0%
III, A	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RF REFERENCIADO (NÃO ATRELADO AO CDI)	60%	60%
III, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA (NÃO ATRELADO AO CDI)	60%	40%
IV, A	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RENDA FIXA	40%	40%
IV, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA	40%	30%
V	LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS	20%	10%
VI, A	CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO (CDB)	15%	10%
VI, B	DEPÓSITO DE POUPANÇA	15%	0%
VII, A	COTA SENIORES DE FIDC	5%	0%
VII, B	COTAS DE FI DE RENDA FIXA “CRÉDITO PRIVADO”	5%	0%
VII, C	COTAS DE FI DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS	5%	0%

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

Res. 3922 Estratégia

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Limite do PL

ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		30%	100%
I, A	COTAS DE FI DE RENDA VARIÁVEL (ÍNDICE COM NO MÍNIMO 50 AÇÕES)	30%	20%
I, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICE DE RENDA VARIÁVEL (ÍNDICE COM NO MÍNIMO 50 AÇÕES)	30%	20%
II, A	COTAS DE FI DE RENDA VARIÁVEL	20%	20%
II, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICE DE RENDA VARIÁVEL	20%	20%
III	COTAS DE FI MULTIMERCADO – ABERTO	10%	10%
IV, A	COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES – FECHADO	5%	5%
IV, B	COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO – COTAS NEGOCIADAS EM BOLSA	5%	5%

VI . ANEXO I – CENÁRIO ECONÔMICO

A) CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL

Estados Unidos

Conforme observação dos analistas de investimento, nos EUA, o PIB do terceiro trimestre cresceu mais do que o esperado, com expansão liderada pelo aumento do consumo. Na margem anualizada (SAAR), a economia norte-americana cresceu 3,5%, acima da expectativa do mercado (3,3%), mas abaixo da expansão do segundo trimestre (4,2%). Em relação aos componentes do PIB, o consumo privado surpreendeu positivamente as expectativas ao expandir 4%, o maior ritmo de crescimento desde 2014. O consumo do governo, por seu turno, cresceu 3,3% e seguiu sua trajetória de expansão desde o final do ano passado. Os números melhores de consumo refletem o esforço do governo na ampliação dos gastos e no corte de impostos para o consumidor. O dado negativo ficou por conta do investimento em ativo fixo, que contraiu 0,3%, variação que contou com um recuo de 7,9% dos investimentos em estruturas e um módico crescimento de 0,4% dos investimentos em equipamentos. Os números piores de investimento reverteram parte da expansão acelerada do primeiro semestre. No que tange à contribuição externa, os números revelaram uma contração de 3,5% das exportações e uma expansão de 10,3% das importações, o que em termos líquidos significou uma contribuição externa negativa para o PIB (importações superando exportações). Em termos de inflação, o núcleo do PCE, medida preferida pelo FED para acompanhar a evolução dos preços, recuou entre o segundo e o terceiro trimestre de 2,1% para 1,6%, frustrando a expectativa do mercado (1,8%). Acreditamos que os incentivos fiscais em uma economia que já opera em pleno emprego manterão o ritmo forte de crescimento nos próximos meses, Fonte: BCB, BRAM -14.495 -120.000 -100.000 -80.000 -60.000 -40.000 -20.000 0 20.000 set-98 jun-99 mar-00 dez-00 set-01 jun-02 mar-03 dez-03 set-04 jun-05 mar-06 dez-06 set-07 jun-08 mar-09 dez-09 set-10 jun-11 mar-12 dez-12 set-13 jun-14 mar-15 dez-15 set-16 jun-17 mar-18 Conta Corrente (soma 12 meses, US\$ mi) 4 INFORME ECONÔMICO 26 de outubro de 2018 gerando pressão adicional no mercado de trabalho e salários. Nesse cenário, o FED deverá continuar sua trajetória de aperto monetário, com mais uma alta de juros nesse ano, além de mais quatro altas em 2019.

Zona do Euro e China

Na Zona do Euro, o Banco Central (BCE) manteve a política monetária e se mostrou otimista com o cenário de crescimento e inflação. Conforme o esperado, o BCE manteve a taxa principal de juros em zero e a taxa de depósito negativa em 0,4% a.a. Já a taxa de empréstimos segue em 0,25% a.a. Nessa mesma linha, o programa de compra de títulos foi mantido em 15 bilhões de euros até dezembro. Segundo o comunicado, o programa não deverá ser prorrogado. Em seu discurso, o presidente do BCE, Mário Draghi, fez questão de ressaltar que segue confiante com o cenário de crescimento na região, destacando que a desaceleração recente decorreu de fatores pontuais, sem alterar a perspectiva de crescimento estrutural da economia. A respeito da perspectiva, o BCE manteve a visão de que os riscos permanecem balanceados. Sobre a evolução dos preços, o presidente do BCE mostrou confiança com a convergência da inflação para meta, mencionando a melhora no mercado de trabalho e os ganhos salariais recentes. Sem pressão inflacionária aparente nos próximos meses, e o aumento da incerteza em relação ao crescimento da região, o cenário mais provável é que Draghi deixe o comando do BCE em outubro de 2019 sem elevar os juros. Quanto aos dados econômicos, a

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

confiança (PMI) da Zona do Euro cedeu novamente, sinalizando que a desaceleração deverá persistir nos próximos meses. O PMI composto da região ficou em 52,7 pontos, abaixo do consenso (53,9) e do mês anterior (54,1). Por segmento, o PMI da indústria desacelerou de 53,2 pontos para 52,1 entre setembro e outubro, enquanto o PMI de serviços cedeu de 54,7 para 53,3 pontos no período. Ambos os setores frustraram a expectativa do mercado. O resultado de outubro representa uma queda da confiança em relação à média do terceiro trimestre (54,3 pontos), compatível com um crescimento de apenas 0,8% anualizado no último trimestre do ano. Em virtude de sua exposição à demanda global, a confiança da Zona do Euro tem sofrido os impactos da tensão comercial. Após um início de ano com expectativa de PIB crescendo acima de 2,5%, a Zona do Euro deverá encerrar 2018 com um crescimento levemente abaixo de 2%.

B) CENÁRIO ECONÔMICO DO BRASIL

No Brasil, o Comitê de Política Monetária (COPOM) manteve a taxa de juros em 6,5% a.a. A atividade segue em ritmo de recuperação gradual, no entanto abaixo do esperado no início do ano. A inflação corrente se encontra em nível apropriado e as expectativas inflacionárias estão ancoradas. O comunicado reitera que o cenário global permanece desafiador, tendo como principais riscos a normalização das taxas de juros em economias avançadas e as incertezas referentes ao comércio global. Diante desse cenário, o Copom manteve a avaliação que a manutenção da taxa de juros é compatível com a convergência da inflação para a trajetória das metas, que inclui os anos de 2019 e, em menor grau, de 2020. Com relação às projeções de inflação, considerando o cenário com trajetórias para as taxas de juros e câmbio extraídas da pesquisa de mercado (Focus), o IPCA se situaria em torno de 4,4% em 2018 (Selic em 6,5% a.a. e câmbio em R\$/US\$ 3,71), 4,2% em 2019 (Selic em 8,0% a.a. e câmbio em R\$/US\$ 3,80) e por fim 3,7% em 2020 (Selic em 8,0% a.a. e câmbio em R\$/US\$ 3,75). No cenário com Selic (6,5% a.a.) e câmbio (R\$/US\$ 3,70) constantes, as projeções ficaram em torno de 4,4% (2018), 4,2% (2019) e 4,1% (2020). No balanço de riscos para o cenário base, com grau de assimetria menor em relação à reunião anterior, o Copom explicita que a continuidade das reformas e ajustes na economia brasileira e a deterioração do cenário externo para emergentes seriam os principais fatores de risco. Nesse sentido, o Banco Central reiterou que as condições econômicas prescrevem política monetária estimulativa, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural. Na última reunião de 2018, que ocorrerá em dezembro, esperamos que a Selic seja mantida em 6,5% a.a.

A produção industrial (PIM) tem recuado mais do que o esperado. No mês de Setembro, a PIM contraiu 1,8% na margem, resultado pior do que a nossa expectativa (0,9%) e a do mercado (0,8%). No trimestre, a indústria cresceu 2,7% na margem, mas esse desempenho favorável é explicado pela forte alta de 12,6% em junho, na sequência da recuperação da greve dos caminhoneiros. Na margem, todos os segmentos da indústria registraram queda, com destaque para a produção de bens de duráveis e de capital, que caíram 5,5% e 1,3%, respectivamente. Entre as atividades, os destaques negativos foram máquinas e equipamentos, bebidas e produtos farmacêuticos, que recuaram 10,3%, 9,6% e 5,7%, respectivamente. Com esse resultado da produção industrial, nosso indicador de acompanhamento do PIB do terceiro trimestre sugere alta de 0,5% em comparação com o segundo trimestre.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019

Dados do mercado de trabalho vem apresentando sinais de recuperação, mas a melhora continua sendo liderada pela ocupação informal. Entre agosto e setembro, a taxa de desemprego recuou de 12,1% para 11,9%, em linha com as expectativas de mercado. Em termos dessazonalizados, o recuo foi de 12,1% para 12,0% no mesmo período. Essa é a menor taxa do ano e inferior também ao mesmo período do ano passado. Essa recuperação, entretanto, decorreu principalmente do aumento da ocupação informal, que cresceu 1,1% na margem. Entre os setores, os que mais tiveram destaque foram construção civil e serviços, que expandiram 1,8% e 0,7% na margem, respectivamente. Sobre a dinâmica de salários, o salário real apresentou uma contração de 0,2% em relação a agosto. A massa salarial, por sua vez, apresentou alta de 0,4% no mesmo período, devendo impactar positivamente o consumo. Contudo, o mercado de trabalho ainda revela uma dificuldade estrutural de recuperação do emprego formal.

Na parte fiscal, o setor público consolidado vem registrando déficit primário um pouco abaixo da nossa projeção. No acumulado em 12 meses, o déficit primário consolidado passou de 1,2% do PIB em agosto para 1,3% em setembro. Na composição do indicador consolidado, o governo central registrou déficit de R\$ 24,3 bilhões, os governos regionais tiveram déficit de R\$ 795 milhões, enquanto as estatais registraram superávit de R\$ 466 milhões. A surpresa com relação à nossa projeção foi principalmente por causa de uma maior diferença entre o resultado do governo central divulgado pelo Tesouro Nacional ("acima da linha", déficit de R\$ 23,0 bilhões) e o divulgado pelo Banco Central ("abaixo da linha", déficit de R\$ 24,2 bilhões). No que diz respeito ao déficit nominal (inclui despesa com juros), em 12 meses o indicador caiu de 7,45% do PIB em agosto para 7,20% do PIB em setembro. A queda foi impactada pelo ganho de R\$ 12,8 bilhões nas operações de swap cambial. A dívida líquida setor público atingiu 52,2% do PIB em setembro, ante 51,2% em agosto. Para o final do ano, esperamos que o resultado o governo fique abaixo da meta estipulada de déficit de R\$ 159 bilhões, atingindo cerca de R\$ 120 bilhões.